

MEMÓRIA

METAS NUNCA CHEGARAM A SER CUMPRIDAS

O Brasil recorreu ao FMI 13 vezes, de 1958 a 1992. Todas as vezes que assinou acordo com o Fundo, o governo brasileiro foi duramente criticado. É que, em troca de ajuda financeira, o FMI exige do governo brasileiro o controle da inflação e do déficit público (receitas e gastos

da União, estados e municípios), redução do déficit na balança de pagamentos (entrada e saída de dólares do país) e a criação de mecanismos para salvaguardar as reservas cambiais. A receita, considerada ortodoxa, sempre desagrado aos políticos e contribuiu para tornar o Fundo impopular.

O país nunca conseguiu cumprir à risca as metas traçadas pelo FMI. Também em nenhum dos acordos conseguiu liberar o total de recursos prometidos. Em sete das 13 vezes em que recorreu ao

Fundo, não chegou sequer a mexer no dinheiro. No total, de 1958 a 1992, o FMI ofereceu ao Brasil US\$ 10,3 bilhões. Desse valor, só US\$ 4,73 bilhões foram efetivamente sacados.

De 1983 a 1992, durante os governos de João Baptista Figueiredo, José Sarney e Fernando Collor, as negociações com o FMI foram mais complicadas. Nesse período o país produziu dez cartas de intenções — a maioria rejeitada pelo Fundo. As relações entre o país e o FMI azedaram com a decretação

da moratória unilateral da dívida externa brasileira, em 1986, pelo então presidente José Sarney.

Em junho de 1992, durante o mandato de Fernando Collor, outro golpe nessa frágil relação. O chefe de uma missão do FMI que estava no Brasil — José Fajgenbaum — afirmou que o país teria de modificar a Constituição Federal se quisesse assinar um novo acordo. A declaração municiou os críticos dos acordos com o Fundo, que foi acusado de tentar atacar a soberania nacional.